

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO	1
1. Origem, conteúdo e objeto do direito constitucional	1
1.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico ...	2
2. Classificação das Constituições	4
2.1. Quanto à origem	5
2.2. Quanto à forma	5
2.3. Quanto ao modo de elaboração	6
2.4. Quanto ao conteúdo	6
2.5. Quanto à estabilidade	7
2.6. Quanto à correspondência com a realidade	8
2.7. Quanto à extensão	8
2.8. Quanto à finalidade	9
2.9. Quanto à sistematização	9
3. Entrada em vigor de uma nova Constituição	10
3.1. Retroatividade mínima	11
3.2. Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita	12
3.2.1. Desconstitucionalização	12
3.3. Direito ordinário pré-constitucional incompatível	13
3.4. Direito ordinário pré-constitucional compatível	13
3.5. Direito ordinário pré-constitucional não vigente	17
3.6. Direito ordinário em período de <i>vacatio legis</i>	18
4. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade	19
4.1. Normas de eficácia plena	19
4.2. Normas de eficácia contida	19
4.3. Normas de eficácia limitada	20

4.3.1. Eficácia das normas programáticas	22
5. Interpretação da Constituição	23
5.1. Princípio da unidade da Constituição	23
5.2. Princípio do efeito integrador	24
5.3. Princípio da máxima efetividade	24
5.4. Princípio da justeza	24
5.5. Princípio da harmonização	25
5.6. Princípio da força normativa da Constituição	25
5.7. Interpretação conforme a Constituição	25
6. Poder constituinte	26
6.1. Conceito	26
6.2. Titularidade e exercício	27
6.3. Espécies	28
6.3.1. Poder constituinte originário	28
6.3.2. Poder constituinte derivado	28

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ...	31
1. Princípios fundamentais	31
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico	35
2.1. Origem	35
2.2. Os quatro <i>status</i> de Jellinek	36
2.3. Distinção entre direitos e garantias	36
2.4. Características	37
2.5. Classificação	37
2.6. Destinatários	39
2.7. Relações privadas	39
2.8. Natureza relativa	40
2.9. Restrições legais	40
2.10. Conflito (ou colisão)	41
2.11. Renúncia	42
3. Os direitos fundamentais na CF/88 – aspectos gerais	42
3.1. Aplicabilidade imediata	43
3.2. Enumeração aberta	44

3.3. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional	44
3.4. Tribunal Penal Internacional	45
4. Direitos e deveres individuais e coletivos previstos na CF/88 (art. 5.º)	46
4.1. Direito à vida	46
4.2. Direito à liberdade	47
4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e inciso I)	47
4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II)	48
4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV)	50
4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII)	52
4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X)	53
4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)	54
4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII)	54
4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII)	56
4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI)	56
4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX)	57
4.13. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI)	58
4.14. Desapropriação (art. 5.º, XXIV)	60
4.15. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV)	61
4.16. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII)	61
4.17. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII)	62
4.18. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, “a”)	62
4.19. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, “b”)	63
4.20. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV)	64
4.21. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI)	65
4.22. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII)	66
4.23. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII)	67
4.24. Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL)	68
4.25. Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII)	69

4.26. Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV)	70
4.27. Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV)	70
4.28. Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII)	71
4.29. Extradicação (art. 5.º, LI e LII)	71
4.30. Devido processo legal (art. 5.º, LIV)	72
4.30.1. Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade ...	73
4.31. Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV)	74
4.31.1. Ampla defesa e duplo grau de jurisdição	74
4.32. Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI)	75
4.33. Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII)	77
4.34. Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII)	77
4.35. Ação privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX)	78
4.36. Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI)	79
4.37. Direito à não autoincriminação e outros direitos do preso (art. 5.º, LXII, LXIII, LXIV e LXV)	80
4.38. Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII)	81
4.39. Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV)	82
4.40. Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV)	83
4.41. Gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito (art. 5.º, LXXVI)	83
4.42. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	84
4.43. Habeas corpus (art. 5.º, LXVIII)	84
4.44. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX)	87
4.44.1. Legitimação ativa	88
4.44.2. Legitimação passiva	88
4.44.3. Descabimento	89
4.44.4. Medida liminar	89
4.44.5. Vedação à concessão de medida liminar	89
4.44.6. Prazo para impetração	90
4.44.7. Competência	90
4.44.8. Duplo grau de jurisdição	90
4.44.9. Honorários advocatícios	90

4.44.10. Desistência	91
4.44.11. Mandado de segurança coletivo	91
4.45. Mandado de injunção	92
4.46. <i>Habeas data</i>	95
4.47. Ação popular	97
5. Direitos Sociais	99
5.1. Noções	99
5.2. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11)	101
5.3. Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social	103
5.4. Concretização dos direitos sociais e a “reserva do financeiramente possível”	103
6. Nacionalidade	105
6.1. Noções	105
6.2. Espécies de nacionalidade	106
6.3. Critérios de atribuição de nacionalidade	106
6.4. Brasileiros natos (aquisição originária)	106
6.5. Brasileiros naturalizados (aquisição secundária)	108
6.6. Portugueses residentes no Brasil	108
6.7. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado	109
6.8. Perda da nacionalidade	110
6.9. Dupla nacionalidade	110
7. Direitos políticos	111
7.1. Noções	111
7.2. Direito ao sufrágio	111
7.3. Capacidade eleitoral ativa	112
7.4. Plebiscito e referendo	113
7.5. Capacidade eleitoral passiva	113
7.6. Inelegibilidades	115
7.6.1. Inelegibilidade absoluta	115
7.6.2. Inelegibilidade relativa	115
7.6.2.1. Motivos funcionais	116
7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afinidade	117
7.6.2.3. Condição de militar	119
7.6.2.4. Previsões em lei complementar	119

7.7. Privação dos direitos políticos	119
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral	120

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	121
1. Introdução	121
2. Formas de Estado	121
3. Formas de governo	123
4. Sistemas de governo	123
5. Regimes de governo	126
6. A Federação na Constituição de 1988	127
6.1. União	128
6.2. Estados-membros	129
6.2.1. Auto-organização e autolegislação	129
6.2.2. Autogoverno	130
6.2.3. Autoadministração	131
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente	131
6.3. Municípios	132
6.4. Distrito Federal	136
6.5. Territórios Federais	137
6.6. Formação dos estados	137
6.7. Formação dos municípios	138
6.8. Formação dos Territórios Federais	139
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados	139
7. Intervenção federal	140
7.1. Intervenção federal espontânea	141
7.2. Intervenção federal provocada	141
7.3. Decreto interventivo	142
7.4. Controle político	143
8. Intervenção nos municípios	143

CAPÍTULO 4

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	145
1. Noções	145
1.1. Espécies de competências	145

1.2. Técnica adotada pela CF/88	146
2. Competências da União	147
3. Competência comum	151
4. Competência legislativa concorrente	152
5. Competências dos estados	154
6. Competências do Distrito Federal	155
7. Competências dos municípios	156

CAPÍTULO 5

PODER LEGISLATIVO	159
1. Funções	159
2. Composição	160
2.1. Congresso Nacional	160
2.2. Câmara dos Deputados	161
2.3. Senado Federal	161
3. Órgãos	162
3.1. Mesas diretoras	162
3.2. Comissões	163
3.2.1. Comissões parlamentares de inquérito	164
3.2.1.1. Criação	165
3.2.1.2. Poderes de investigação	165
3.2.1.3. Direitos dos depoentes	166
3.2.1.4. Competência	167
3.2.1.5. Incompetência	168
3.2.1.6. Controle judicial	169
3.3. Plenário	169
4. Reuniões	169
5. Atribuições	171
5.1. Atribuições do Congresso Nacional	171
5.2. Atribuições da Câmara dos Deputados	173
5.3. Atribuições do Senado Federal	174
5.4. Convocação e pedido de informações a Ministro de Estado	176
6. Estatuto dos congressistas	177
6.1. Imunidades	177

6.1.1. Imunidade material	177
6.1.2. Imunidade formal	178
6.2. Foro especial em razão da função	180
6.3. Afastamento do Poder Legislativo	181
6.4. Desobrigação de testemunhar	182
6.5. Incorporação às Forças Armadas	182
6.6. Subsistência das imunidades	182
6.7. Incompatibilidades	182
6.8. Perda do mandato	183
6.9. Renúncia ao mandato	184
6.10. Manutenção do mandato	185
6.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores	185
7. Tribunais de contas	186
7.1. Tribunal de Contas da União	186
7.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais	190

CAPÍTULO 6

PROCESSO LEGISLATIVO	193
1. Conceito	193
2. Classificação	193
3. Processo legislativo ordinário	194
3.1. Fase introdutória	194
3.1.1. Iniciativa e Casa iniciadora	195
3.1.2. Iniciativa popular	195
3.1.3. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo	196
3.1.4. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário	196
3.1.5. Iniciativa em matéria tributária	197
3.1.6. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público	197
3.1.7. Iniciativa privativa e emenda parlamentar	198
3.1.8. Vício de iniciativa e sanção	198
3.2. Fase constitutiva	199
3.2.1. Abolição da aprovação por decurso de prazo	199
3.2.2. Atuação prévia das comissões	199
3.2.3. Deliberação plenária	200
3.2.4. Aprovação definitiva pelas comissões	201

3.2.5. Sanção	202
3.2.6. Veto	202
3.3. Fase complementar	204
3.3.1. Promulgação	204
3.3.2. Publicação	205
4. Procedimento legislativo sumário	207
5. Processos legislativos especiais	207
5.1. Emendas à Constituição	208
5.2. Medidas provisórias	209
5.2.1. Desnecessidade de convocação extraordinária	209
5.2.2. Limitações materiais	210
5.2.3. Procedimento legislativo	211
5.2.4. Prazo de eficácia	213
5.2.5. Trancamento de pauta	213
5.2.6. Trancamento subsequente de pauta	213
5.2.7. Perda de eficácia	214
5.2.8. Apreciação plenária	214
5.2.9. Conversão parcial	215
5.2.10. Reedição	215
5.2.11. Medida provisória e impostos	216
5.2.12. Art. 246 da Constituição Federal	216
5.2.13. Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001	217
5.2.14. Retirada	217
5.2.15. Revogação	218
5.2.16. Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais	219
5.2.17. Medida provisória nos estados-membros	219
5.3. Leis delegadas	219
5.4. Decretos legislativos	221
5.5. Resoluções	221
6. Processo legislativo nos estados-membros e municípios	222
7. Controle judicial do processo legislativo	222

CAPÍTULO 7

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	225
1. Mutação, revisão e reforma	225

1.1. Revisão constitucional	226
1.2. Emenda constitucional	227
2. Limitações ao poder de reforma	228
2.1. Limitações temporais	229
2.2. Limitações circunstanciais	229
2.3. Limitações processuais ou formais	229
2.3.1. Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição	229
2.3.2. Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição	230
2.3.3. Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda	231
2.3.4. Limitações processuais ligadas à vedação de re-apreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada	231
2.4. Limitações materiais	232
2.4.1. A expressão “não será objeto de deliberação”	233
2.4.2. A expressão “tendente a abolir”	234
2.4.3. Cláusula pétrea e “os direitos e garantias individuais”	234
3. Controle judicial do processo legislativo de emenda	235
4. Controle judicial de emenda promulgada	236
5. Reforma da Constituição estadual	237

CAPÍTULO 8

PODER EXECUTIVO	239
1. Noção de presidencialismo	239
2. Funções	240
3. Investidura	240
4. Impedimentos e vacância	242
5. Atribuições	243
6. Vice-Presidente da República	246
7. Ministros de Estado	246
8. Órgãos consultivos	247
9. Responsabilização	248
9.1. Crimes de responsabilidade	248

9.2. Crimes comuns	250
9.2.1. Imunidades	250
9.2.2. Prerrogativa de foro	251
10. Governadores de estado	253

CAPÍTULO 9

PODER JUDICIÁRIO	255
1. Introdução	255
2. Órgãos do Poder Judiciário	256
3. Funções típicas e atípicas	258
4. Garantias do Poder Judiciário	258
5. Organização da carreira	260
6. Garantias aos magistrados	262
7. Vedações	263
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário	263
9. Conselho Nacional de Justiça	264
10. Supremo Tribunal Federal	268
10.1. Competências	268
11. Superior Tribunal de Justiça	271
11.1. Competências	272
12. Justiça Federal	274
13. Justiça do Trabalho	277
14. Justiça Eleitoral	280
15. Justiça Militar	282
16. Justiça Estadual	282
17. Justiça do Distrito Federal	283
18. Justiça dos Territórios	283
19. “Quinto constitucional”	284
20. Julgamento de autoridades	284
21. Precatórios judiciais	286
21.1. Exceção ao regime de precatórios	287
21.2. Ordem de pagamento	287
21.3. Atualização monetária e juros	288
21.4. Sequestro de valor	289

21.5. Vedação ao fracionamento	289
21.6. Compensação de créditos	290
21.7. Uso e cessão de valor consignado em precatório	290

CAPÍTULO 10

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	291
1. Introdução	291
2. Ministério Público	291
2.1. Composição	292
2.2. Posição constitucional	292
2.3. Princípios do Ministério Público	293
2.3.1. Princípio da unidade	293
2.3.2. Princípio da indivisibilidade	293
2.3.3. Princípio da independência funcional	293
2.3.4. Autonomia administrativa e financeira	294
2.3.5. Princípio do promotor natural	295
2.4. Funções do Ministério Público	295
2.5. Ingresso na carreira	296
2.6. Nomeação dos Procuradores-Gerais	296
2.7. Garantias dos membros	298
2.8. Vedações constitucionais	298
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público	299
2.10. Ministério Público junto aos tribunais de contas	301
2.11. Prerrogativa de foro	301
3. Advocacia pública	302
4. Advocacia	303
5. Defensoria pública	304

CAPÍTULO 11

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	307
1. Introdução	307
2. Conceito e espécies de inconstitucionalidades	309
2.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	309
2.2. Inconstitucionalidade material e formal	310
2.3. Inconstitucionalidade total e parcial	310

2.4. Inconstitucionalidade direta e indireta	311
2.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente	312
3. Sistemas de controle	313
4. Modelos de controle	313
5. Vias de ação	314
6. Momento do controle	315
7. Características gerais do controle jurisdicional de constitucionalidade na Constituição de 1988	315
8. Fiscalização não jurisdicional	317
8.1. Poder Legislativo	318
8.2. Poder Executivo	319
8.3. Tribunais de contas	320
9. Controle difuso	320
9.1. Introdução	320
9.2. Legitimação ativa	321
9.3. Espécies de ações judiciais	321
9.4. Competência	322
9.5. Efeitos da decisão	323
9.6. Atuação do Senado Federal	324
9.7. Súmula vinculante	326
9.7.1. Iniciativa	327
9.7.2. Atuação do Procurador-Geral da República	328
9.7.3. Manifestação de terceiros	328
9.7.4. Requisitos	328
9.7.5. Deliberação	329
9.7.6. Alcance da força vinculante	329
9.7.7. Início da força vinculante	330
9.7.8. Descumprimento da súmula vinculante	330
9.7.9. Situação das súmulas anteriores à EC 45/2004	330
10. Controle abstrato	331
10.1. Introdução	331
10.2. Ação direta de inconstitucionalidade	331
10.2.1. Conceito	331
10.2.2. Legitimação ativa	332
10.2.3. Objeto	334
10.2.4. Causa de pedir aberta	335

10.2.5. Petição inicial	336
10.2.6. Imprescritibilidade	337
10.2.7. Impossibilidade de desistência	337
10.2.8. Pedido de informações	337
10.2.9. Impossibilidade de intervenção de terceiros	338
10.2.10. Admissibilidade de <i>amicus curiae</i>	338
10.2.11. Atuação do Advogado-Geral da União	339
10.2.12. Atuação do Procurador-Geral da República	340
10.2.13. Medida cautelar em ADI	341
10.2.14. Decisão de mérito	343
10.2.14.1. Deliberação	343
10.2.14.2. Natureza dúplice ou ambivalente	344
10.2.14.3. Efeitos da decisão	344
10.2.14.4. Modulação dos efeitos temporais	346
10.2.14.5. Definitividade da decisão de mérito ...	347
10.2.14.6. Momento da produção de efeitos	347
10.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	347
10.3.1. Introdução	347
10.3.2. Legitimação ativa	348
10.3.3. Legitimação passiva	349
10.3.4. Objeto	350
10.3.5. Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	350
10.3.6. Concessão de medida cautelar	350
10.3.7. Efeitos da decisão de mérito	351
10.4. Ação declaratória de constitucionalidade	351
10.4.1. Introdução	351
10.4.2. Principais aspectos comuns	352
10.4.3. Objeto	354
10.4.4. Relevante controvérsia judicial	354
10.4.5. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma	354
10.4.6. Medida cautelar	355
10.4.7. Não atuação do Advogado-Geral da União	355
10.5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	356

10.5.1. Introdução	356
10.5.2. Objeto da ADPF e conteúdo do pedido	356
10.5.3. Preceito fundamental	357
10.5.4. Subsidiariedade da ADPF	358
10.5.5. Competência e legitimação	358
10.5.6. Medida liminar	359
10.5.7. Decisão	359
10.6. Controle abstrato nos estados	363
10.6.1. Introdução	363
10.6.2. Competência	364
10.6.3. Legitimação	364
10.6.4. Parâmetro de controle	364
10.6.5. Simultaneidade de ações diretas	364
10.6.6. Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual	366
10.6.7. Distrito Federal	368
10.6.8. Representação interventiva	368

CAPÍTULO 12

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁ- TICAS	369
1. Introdução	369
2. Estado de defesa	369
2.1. Prazo	370
2.2. Abrangência	371
2.3. Medidas coercitivas	371
2.4. Controle	372
3. Estado de sítio	373
3.1. Pressupostos	373
3.2. Duração	374
3.3. Abrangência	374
3.4. Medidas coercitivas	374
3.5. Controle	375
4. Forças armadas	378
5. Segurança pública	380

CAPÍTULO 13

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	383
1. Introdução	383
2. Princípios gerais da atividade econômica	384
2.1. Fundamentos: livre-iniciativa e valorização do trabalho humano	384
2.2. Princípios básicos da ordem econômica	385
2.2.1. Soberania nacional	385
2.2.2. Propriedade privada e sua função social	386
2.2.3. Livre concorrência	386
2.2.4. Defesa do consumidor	387
2.2.5. Defesa do meio ambiente	387
2.2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego	388
2.3. Liberdade de exercício de atividades econômicas	388
2.4. Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito	389
2.5. Atuação do Estado como prestador de serviços públicos ...	391
2.6. Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio	393
2.7. Atuação do Estado como agente regulador	394
2.8. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	395
3. Política urbana	396
4. Política agrícola e fundiária; reforma agrária	398
5. Sistema financeiro nacional	401

CAPÍTULO 14

ORDEM SOCIAL	403
1. Seguridade social	403
1.1. Saúde (arts. 196 a 200)	404
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202)	406
1.2.1. Regras para aposentadoria	407
1.2.2. Regime de previdência privada complementar	407
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204)	408
2. Educação (arts. 205 a 214)	409

2.1. Princípios constitucionais do ensino	409
2.2. Autonomia das universidades	410
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino	410
2.4. Participação da iniciativa privada	411
2.5. Organização dos sistemas de ensino	411
2.6. Aplicação de recursos na educação	412
2.7. Plano nacional de educação	413
3. Cultura (arts. 215 e 216)	413
4. Desporto (art. 217)	414
5. Ciência e tecnologia (arts. 218 e 219)	415
6. Comunicação social (arts. 220 a 224)	415
6.1. Comunicação social e liberdade de informação	415
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação	416
6.3. Participação do capital estrangeiro	417
6.4. Controle pelo Poder Legislativo, outorga e renovação da concessão, permissão ou autorização	417
7. Meio ambiente (art. 225)	418
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso	419
9. Índios	421
BIBLIOGRAFIA	423